

Domingo, 18 de Outubro de 2026

Deputados solicitam inclusão de Roberta Luchsinger em programa de proteção à testemunha após entrevista na CNN

Parlamentares pedem proteção imediata para empresária e filhas após revelações sobre relação com Lulinha

Após a entrevista exclusiva concedida por Roberta Luchsinger à CNN Brasil no sábado (17), o deputado federal Marcel van Hattem (Novo-RS) formalizou junto ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, um requerimento para que a empresária e suas filhas sejam inseridas no programa de proteção à testemunha.

O parlamentar divulgou a solicitação nas redes sociais, informando que acompanhava a entrevista ao lado dos colegas Luciano Zucco (PL), governador do Rio Grande do Sul, e do senador eleito Sanderson (PL). Segundo van Hattem, os três políticos concordam que a inclusão dela no programa de proteção deve ocorrer "imediatamente", argumentando que as denúncias contra o presidente representam um risco grave de vida para a empresária e sua família.



Lula diz que "desconhece inteiramente" acusações de Roberta Luchsinger

O deputado federal Gilberto Silva (PL-PB), que exerce a liderança da oposição na Câmara dos Deputados, também comunicou ter protocolado pedidos similares "em todas as instituições competentes". Em suas redes sociais, Silva ressaltou que a oposição não aguardará a decisão do governo sobre se a preservação da vida da delatora é conveniente ou não.

De acordo com relato do parlamentar, foram encaminhados ofícios à Polícia Federal, ao Ministério da Justiça e à Procuradoria-Geral da República. Além disso, Gilberto Silva protocolou um Requerimento de Informação direcionado ao Ministro da Justiça, solicitou a convocação do ministro à Comissão de Segurança Pública e requerimento de audiência pública nas Comissões de Direitos Humanos e da Mulher. Também foram enviados ofícios à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, à Comissão Nacional de Direitos Humanos e ao relator no Supremo Tribunal Federal.



Lula me colocou como "boi de piranha", diz Luchsinger à CNN

Silva ainda afirmou que, caso o Estado não providencie a proteção adequada, o caso será levado à Comissão Interamericana, reafirmando o compromisso de que "ninguém vai calar uma testemunha neste País".

O candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro, também repercutiu a entrevista em suas redes sociais. Através do Instagram, o senador compartilhou trechos em que Roberta detalha sua relação com Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha. Na plataforma X, Bolsonaro impulsionou a hashtag "Fala tudo Roberta", que chegou aos tópicos mais comentados do dia.



PF que vai avaliar se dinheiro a Marcola é ilegal ou imoral, diz Luchsinger

Durante a entrevista, Roberta revelou que Lulinha se reuniu "inúmeras vezes" com ministros da gestão de seu pai, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ela contestou as negativas públicas do presidente sobre a participação do filho em encontros com membros do alto escalão governamental, caracterizando tais afirmações como mentirosas.

A empresária também expressou sua intenção de realizar uma delação premiada, comprometendo-se a não proteger nem Lula nem Lulinha durante o processo.

Roberta e Lulinha integram o rol de investigados em uma operação da Polícia Federal que apura um esquema de fraudes de proporções bilionárias no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As investigações apontam para possível prática de tráfico de influência junto ao governo federal por parte de ambos.

Em pronunciamentos anteriores, o presidente Lula desqualificou a empresária, chamando-a de "pilantra" em entrevista à TV Globo em 27 de agosto e novamente durante participação no Flow Podcast no início deste mês, traçando uma comparação com Daniel Vercaro, ex-controlador do Banco Master.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva negou categoricamente qualquer vínculo com Roberta Luchsinger e afirmou desconhecer as "supostas negociações" mencionadas pela empresária. Em nota oficial, o presidente expressou estranheza sobre o timing das declarações, ocorrendo vésperas do segundo turno da eleição.

Lula também alertou que o Brasil já vivenciou, em outros períodos eleitorais, divulgação de acusações não comprovadas utilizadas como mecanismo para manipular a opinião pública.